



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

DAMIÃO NÓBREGA DE ALBUQUERQUE

**O TRABALHO DOS GARIMPEIROS DO CAULIM EM JUNCO DO SERIDÓ:
trabalho, submissão e medo (1990 – 2005).**

CAMPINA GRANDE – PB

2014

DAMIÃO NÓBREGA DE ALBUQUERQUE

**O TRABALHO DOS GARIMPEIROS DO CAULIM EM JUNCO DO SERIDÓ:
trabalho, submissão e medo (1990 – 2005).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura
Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB), em cumprimento à exigência para obtenção do Grau
de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof^a.Dr^a.Lindaci Gomes de Sousa

CAMPINA GRANDE – PB

2014

A345t Albuquerque, Damião Nóbrega de
O trabalho dos garimpeiros do Caulim em Junco do seridó
[manuscrito] : trabalho, submissão e medo (1990 – 2005) / Damião
Nóbrega de Albuquerque. - 2014.
53 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza,
Departamento de História".

1. Garimpo - Trabalhador 2. Exploração do Trabalho 3.
Condição de Trabalho I. Título.

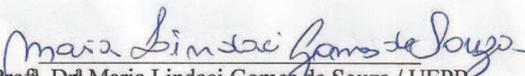
21. ed. CDD 331.3

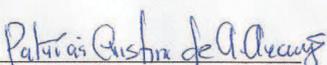
DAMIÃO NÓBREGA DE ALBUQUERQUE

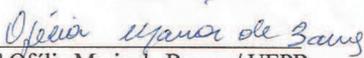
**O TRABALHO DOS GARIMPEIROS DO CAULIM EM JUNCO DO
SERIDÓ: trabalho, submissão e medo (1990 – 2005).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena
em História da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência para
obtenção do Grau de Licenciatura em História.

Aprovada em 05/12/2014


Prof.^a. Dr.^a Maria Lindaci Gomes de Souza / UEPB
Orientadora


Prof.^a. Dr.^a. Patrícia Cristina de Aragão / UEPB
Examinador


Prof.^a. Dr.^a Ofélia Maria de Barros / UEPB
Examinadora

Ao senhor Deus, a Jesus e a Maria por me conceder saúde e discernimento para conseguir meus objetivos. Aos meus pais, Francisco de Assis Albuquerque e Terezinha Nóbrega de Albuquerque, pela dedicação, companheirismo, amizade, pela ajuda financeira, e principalmente por acreditarem nos meus sonhos. Dedico todo o meu amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

À professora Dr^a. Lindaci Gomes de Souza pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação e paciência para comigo.

Ao meu pai Francisco de Assis de Albuquerque, a minha mãe Terezinha Nobrega de Albuquerque, minha irmã Maria do Socorro Albuquerque, meu irmão José de Assis Albuquerque, pelo apoio e carinho. E a todos os meus amigos e familiares que direto ou indiretamente me deram apoio e acreditaram em mim.

A todos os professores do Curso de História da UEPB, que contribuíram ao longo de cinco anos, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento intelectual deste principiante de historiador. Também não esquecendo de mencionar os meus colegas de classe, Alan, Adriana Telma, Cristiane, Darlan, Nelson, Fernanda, Marcelo e Tiago por terem contribuído para a construção do meu conhecimento.

A todos os meus amigos que me incentivaram nesta batalha, em especial as minhas primas Rita de Cassia, Milene Garcia, Melina Garcia, Gilmara Jane, mulheres que me desviaram de caminhos obscuros para o caminho maravilhoso do conhecimento.

RESUMO

Este trabalho propõe analisar a exploração social do trabalho que constituiu a atividade mineradora do caulim no município de Junco do Seridó, no estado da Paraíba, em especial as condições de trabalho a que estão expostos os mineradores. Parte-se da ideia de que o garimpo é uma forma específica de trabalho na mineração, preponderante na extração de caulim no município estudado. Esta forma de trabalho se desenvolve em condições de precariedade e informalidade. A metodologia usada neste trabalho é qualitativa. Realizamos três entrevistas com três mineradores da cidade de Junco do Seridó – PB. As entrevistas foram realizadas entre os meses de outubro e novembro de 2014, a partir de um questionário. Como embasamento teórico usaremos o conceito de exploração do trabalho e de mais valia de Karl Marx, como também Eric Hobsbawm, justificando a importância da teoria marxista para a historiografia atual. Também iremos trabalhar com o conceito de medo de Jean Delumeau para analisar o medo e os riscos de uma profissão tão perigosa. Os resultados da pesquisa foram as seguintes: diferentemente de pesquisas anteriores que afirmaram existir uma evolução das condições sociais dos mineradores, esta pesquisa aponta que ainda existe uma grande exploração dos trabalhadores no município de Junco do Seridó.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores do caulim. Exploração. Medo.

ABSTRACT

This work aims to analyze the social exploitation of labor which was the mining activity of kaolin in Reed county Seridó in the state of Paraíba, in particular the working conditions they are exposed to the miners. It starts with the idea that mining is a specific form of work in mining, leading the kaolin extraction in the city studied. This forma work develops in conditions of precariousness and informality. The methodology used in this study is qualitative. We conducted three interviews with three miners city Junco Seridó - PB. Interviews were conducted between the months of October and November 2014, from a questionnaire. As theoretical foundation will use the concept of exploitation of labor and capital gain of Karl Marx, as well as Eric Hobsbawm, justifying the importance of Marxist theory to the current historiography. We will also work with the concept of fear of Jean Delumeau to analyze the fear and risks of a profession as dangerous. The research results were as follows: unlike previous research that stated there was an evolution of the social conditions of miners, this research shows that there is still a great exploitation of workers in the city of Junco Seridó.

KEYWORDS: Kaolin Workers. Exploration.Fear.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 -Localização de Junco do Seridó no Estado da Paraíba

Figura 2 -Província Pegmatítica da Borborema – Seridó

Fotografia 1- Minerador puxando um tambor de caulim para fora da banqueta

Fotografia 2 - Um minerador enche o tambor para ser puxado e o outro cava o caulim

Fotografia 3 - O guincho mecânico substituiu o carretel da banqueta

Fotografia 4 -Minerador se preparando para descer para dentro da banqueta

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROFIN	Pró-Reitoria de Finanças
PRPGP	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
PRRH	Pró-Reitoria de Recursos Humanos
RH	Recursos Humanos
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
CAULISA	Comércio e Beneficiamento de Minerais –LTDA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 O HOMEM E A EXPLORAÇÃO SOCIAL DIANTE DO CAPITALISMO....	14
1.1 OS MARXISTAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A HISTORIOGRAFIA..	15
1.2A IMPORTÂNCIA DO ANNALES PARA AS FONTES DOCUMENTAIS.....	16
2 A PRODUÇÃO DA MAIS VALIA ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO CAULIM EM JUNCO DO SERIDÓ.....	23
2.1 A EXTRAÇÃO DO CAULIM NAS BANQUETAS: UMA LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA	25
2.2 O INÍCIO DOS ANOS DE 1990 E A CRISE POLÍTICA E FINANCEIRA NO BRASIL.....	31
2.3 OS BANQUETÕES, AUMENTA A PRODUÇÃO, DOBRA A EXPLORAÇÃO.....	33
3 TRABALHO, DESIGUALDADE SOCIAL E MEDO ENTRE OS MINERADORES DO CAULIM.....	36
3.1 AS NECESSIDADES DE QUEM ESCOLHE A PROFISSÃO DE SER BANQUETEIRO.....	37
3.2 “AH, EU TINHA MEDO DEMAIS, MAIS NÃO TINHA OUTRO MEIO DE VIDA”.....	42
3.3 AS DESIGUALDADES SOCIAIS PARA O TRABALHADOR DO CAULIM.....	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
5REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICE.....	53

INTRODUÇÃO

A exploração de minérios em nosso país começou lá no Brasil Colônia por volta de 1695 quando os bandeirantes descobriram metais preciosos na região de Minas Gerais, Mato Grosso e em 1725 na região de Goiás.

No entanto, a exploração de minérios não conseguiu se firmar, mesmo no século XIX havendo varias tentativas de aplicação de técnicas modernas, no entanto, a maioria dessas empresas falhou. A explicação está no fato do monopólio ter estado sempre nas mãos do governo português não permitindo o desenvolvimento da produção de minérios em larga escala e nem o investimento em tecnologias.

A moderna mineração desenvolveu-se no século XX, principalmente quando coerente com as disposições contidas no Código de Minas que fazia distinção entre a propriedade do solo e o subsolo e vedando à exploração do subsolo brasileiro a estrangeiro.

O governo federal implantou a partir de 1940 uma política mais agressiva na área da exploração mineral. Com uma nítida postura nacionalista, o governo Vargas eliminou as pretensões que a Itabira Ore Company mantinha no Brasil, contestados por políticos e intelectuais desde a Primeira República.

A partir de 1942, Getúlio Vargas publicou o decreto 4.352 criando a companhia Vale do Rio Doce, com o proposito de explorar jazidas da região de Itabira, bem como garantir o suprimento de ferro para a nascente Companhia Siderúrgica Nacional caracterizada pela intensa mecanização e pela produção em grande escala.

Com o processo de industrialização incentivado pela SUDENE na década de 1970, teve início o aproveitamento do caulim, feldspato e mica. Numerosos trabalhos técnico-científicos foram realizados sobre os pegmatitos da região, e alguns incentivos fiscais foram mandados para essa região procurando incentivar a produção. Entre esses incentivos destaca-se o Projeto Estudos do Garimpo, conduzido na década de 1980 pelo DNPM/CPRM, em cooperação com os governos estaduais.

Na década de 1990 a CPRM desenvolveu o projeto de pegmatitos no Nordeste Oriental, quando foi ressaltado da importância destes minerais

industriais na viabilização econômica de projetos de pequena mineração de pegmatitos. O arranjo está delimitado na Mesorregião do Seridó. É nesse espaço geográfico que está inserido o município de Junco do Seridó, e onde minha pesquisa foi realizada.

Da década de 1990 a 2005 que é o enfoque de minha pesquisa monográfica, tentarei fazer uma análise sobre o modo de produção do qual os mineradores de caulim foram obrigados a submeterem-se. Uso esse termo pelo fato de não haver muitas outras possibilidades para aqueles que mora numa cidade onde não havia muitas alternativas, há não ser a extração do caulim.

A escolha dessa pesquisa sempre esteve presente desde os primeiros dias no curso de História ao questionar-me sobre o porquê de alguém trabalhar num lugar onde leva o trabalhador a exaustão, um trabalho onde se tem uma expectativa de melhoria de renda, mas não de vida, um tipo de trabalho onde a diferença em estar vivo e está morto é só um pisar em falso, ou no cair de uma barreira, um lugar onde o medo serve como despertador para deixar o trabalhador em alerta.

Essa pesquisa é importante porque esse enfoque dado à exploração do trabalho sofrido pelos garimpeiros do caulim de Junco do Seridó não é apenas de um pesquisador iniciante no ofício do historiador que está interessado em analisar as condições de trabalho, mas de alguém que viveu o lugar social dos mineradores. Que assim como grande parte dos historiadores marxistas, que antes de se tornarem acadêmicos como diz Hobsbawm, faziam parte dos movimentos operários. Esse pesquisador que vos escreve também já fez parte do mundo dos exploradores do caulim.

A pesquisa em questão teve como objetivo analisar a relação do trabalho dos mineradores do caulim de Junco do Seridó, como também pretendeu refletir sobre as condições sociais do trabalho dos mineradores para tentarmos compreender os motivos que os levaram a aceitar serem explorados de forma tão veemente. Assim como tentar entender seus medos e suas angústias.

A metodologia escolhida para atingir os objetivos traçados foi uma pesquisa bibliográfica, em que foram utilizados autores importantes da historiografia marxista, como Eric Hobsbawm e seu livro o Mundo do Trabalho que tem como ênfase as organizações políticas e as ideias do movimento que se enraizaram no cotidiano da classe operária; Também trabalhamos na concepção de Karl Marx na

questão da exploração, alienação e das lutas das classes operárias e a concepção do medo em Jean Delumeau. Essas categorias foram inseridas na discussão acerca dos trabalhadores do caulim em Junco do Seridó e a exploração sofrida por eles diante do capital a partir das novas concepções elaboradas pelos novos objetos de estudos propostos pela chamada “Escola dos Annales”, onde nos utilizamos de autores que analisaram esse movimento, como Peter Burke, José Carlos Reis. Também nos utilizamos de autores que estudaram a formação da classe operária, como Pedro Fassoni Arruda, Ricardo Antunes, dentre outros. Posteriormente fizemos uso da metodologia oral através da memória daqueles trabalhadores que trabalharam entre 1990 – 2005, que nos ajudaram a rememorar aquela época e também em fontes escritas que também falam de história oral, como Meihy e Holanda, Eclêa Bosi e Halbwachs.

Portanto, estudaremos trabalho em três capítulos assim distribuídos. O primeiro capítulo, que tem como título O homem e a exploração social diante do capitalismo trata da colaboração da historiografia operária marxista e da Escola dos Annales para nos ajudar a compreender como se deu a abertura da busca de novas fontes históricas para entendermos a exploração do trabalho.

O segundo capítulo, intitulado: A produção da mais valia através da exploração do caulim pelo trabalho em Junco do Seridó trata das formas de trabalho usado pelos mineradores e a exploração de sua força de trabalho pelos empresários locais.

Terceiro capítulo, que tem como título Trabalho, desigualdade social e medo entre os mineradores do caulim, vamos fazer uma análise através das falas dos mineradores do caulim para compreendermos como eles entendiam a questão da exploração do trabalho a que eles eram submetidos.

10 HOMEM E A EXPLORAÇÃO SOCIAL DIANTE DO CAPITALISMO

Neste primeiro capítulo iremos fazer uma reflexão a cerca da importância da teoria marxista para a compreensão das lutas de classes dentro da historiografia, e principalmente porque foi a partir desse olhar que as camadas inferiores da sociedade, que por vários séculos estiveram excluídos da história passaram a fazer parte dessa trama.

1.1 OS MARXISTAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A HISTORIOGRAFIA

Tentar comparar a exploração do trabalhador de hoje com os tempos do início da Revolução Industrial pode ser entendido com um crime contra a teoria de Karl Marx, pelo fato de estarmos vivenciando um tempo presente, onde varias conquistas de direitos trabalhistas já foram obtidas durante quase dois séculos de lutas operárias. Agora tentar justificar que esse é um assunto superado é um equivoco, pois a história operária floresce hoje, na maioria dos países, como nunca, pelos menos quantitativamente. Com relação à qualidade, é difícil fazer uma analogia do presente com o passado, pois teríamos de confrontar intelectualmente com grande teóricos da época e nesse caso é melhor usá-los como apoio.

A historiografia operária é extensa mais nunca completa, assim como a história e seus fatos históricos estão sempre aptos à revisão. O historiador que pesquisa a historia operaria, seja ela na Inglaterra, Alemanha ou Brasil tem como finalidade tentar entender a exploração que os operários sofreram e sofrem perante o sistema capitalista.

Os trabalhos escritos sobre a classe operária era produzido em sua maioria fora do campo acadêmico por indivíduos que vivenciava o momento e tinha certa ligação com a prática. Segundo (HOBBSAWM, 2000, p. 15), “o típico historiador da classe operária é um pesquisador ou professor universitário, embora isso também não seja sempre verdadeiro”. Por outro lado, essas pesquisas contribuíram para aqueles que estão ainda inquietos tentando construir uma compreensão teórica, entre decifrar o mundo e transformá-lo do ponto de vista

científico através dos discursos sobre a história operária, como enfatiza Hobsbawm, em seu livro, o mundo do Trabalho destacando que:

Com efeito, a história operária é por tradição um tema altamente politizado, e durante muito tempo foi feita em grande parte fora das universidades. Todos os estudos sobre o trabalho eram obviamente políticos, desde que o tema começou a despertar interesse acadêmico sistemático nas décadas 1830 e 1840, com as diversas investigações sobre a condição do novo proletariado (HOBSBAWM, 2008, p. 15).

Como podemos perceber nesse período da citação, os grandes trabalhos sobre a história operária não foram produzidos propriamente dentro das academias, embora os níveis de intelectualidade dos pesquisadores fossem altíssimos e os pesquisadores fossem realmente comprometidos com a causa operária, começou a surgir algumas particularidades que começou a causar certas dúvidas quanto o compromisso de alguns pesquisadores, no que diz respeito ao selecionamento de fontes, no compromisso em pesquisar em arquivos, um acadêmico poderia estar mais preparado. Usando mais uma vez as palavras de Hobsbawm:

O caráter acadêmico cada vez mais acentuado da história operária corrigiu algumas das tendências da história tradicional operária, ao passo que a mudança de conjuntura política na esquerda corrigiu outras. Obter hoje um título de Ph. D. implica uma competência em pesquisa e uma capacidade de se embrenhar através da extensa bibliográfica de várias tendências, que simplesmente não eram no velhos tempos e que expõe o escritor a críticas muito mais diversificadas (HOBSBAWM, 2008, p. 20).

Ao analisar essa citação, podemos perceber a importância que teve uma formação universitária para os pesquisadores da história operária. E foi a partir dessas pesquisas que começou a surgir uma extensa historiografia sobre a exploração do trabalho, sobre o sofrimento e os perigos que muitos operários enfrentaram trabalhando em lugares insalubres, mal iluminados que contribuía para o risco de acidente de trabalho.

O poder que desenvolveu a história operária na maior parte foi política, pois gerações de professores universitários e dos estudantes nos anos 60 em vários países ocidentais empolgados com a nova esquerda, como na Itália e em outros lugares, com certeza produziram uma nova safra de historiadores do movimento operário comprometidos com a causa política, como podemos perceber na fala de Hobsbawm:

Todos eles produziram algo de interesse, embora a abordagem de alguns seja decepcionante e a de outros, questionável. Mergulhar no passado em busca de exemplos inspiradores de luta, ou coisa parecida, e escrever a história ecleticamente e às avessas [...]. Mais uma vez, é importante recuperar o que perdemos sobre o modo como os trabalhadores pobres viviam, agiam e pensavam, e, na medida em que agora está se produzindo uma grande quantidade de “história oral” ou mesmo de memórias (como as publicadas pela History Workshop) realmente escrita por homens e mulheres da classe trabalhadora, há uma importante ampliação de nossa perspectiva (Ibid., p. 21).

Essa citação nos chama a atenção para percebermos que há uma grande produção historiográfica sobre o assunto, porém, tal produção não é o fim em si mesmo, por mais que nos esforçamos para descobrir o que até o momento ninguém tinha descoberto.

1.2. A IMPORTÂNCIA DO ANNALES PARA AS FONTES DOCUMENTAIS

O que seria dos historiadores se eles não existissem as fontes documentais, oral ou escrita, se não houvesse os artefatos encontrados em sítios arqueológicos, como pontas de flechas, restos de esqueletos humanos entre vários outros objetos como suporte em suas investigações? Seria muito mais difícil, mas o uso apenas de documentos escritos e oficiais como fonte já foi uma realidade para muitos historiadores, e isso não foi empecilho para que eles escrevessem obras magníficas sobre temas variados de história. E tão pouco se deve tirar a importância dessa historiografia tradicional para os pesquisadores contemporâneos.

Mas, foi a partir da Escola dos Annales que as fontes históricas passaram por uma grande renovação, porque para abordar as realidades humanas, a história teve que passar por uma renovação no que diz respeito as suas técnicas e seus métodos. Segundo José Carlos Reis em seu livro, *A História, entre a filosofia e a ciência*:

“De 1929 a 1990, os *Annales* passaram por várias fases, renovaram o questionário proposto pelos fundadores, mudaram as condições da pesquisa e estabeleceram novas alianças com as ciências sociais, mas mantiveram-se fiéis ao “programa” dos fundadores” (REIS, 2006, p. 77).

O mais importante para o historiador não é a quantidade de documentos que ele tem nas mãos, e sim as questões que vai formular sobre esse material. Pois a escrita histórica se põe entre a credulidade e o ceticismo. O historiador não pode acreditar em tudo, pois lida com homens que muitas vezes se deixam envolverem-se por suas emoções, cujas paixões e inteligência os tornam sempre estratégicas, manipuladores, disfarçados, atores.

Por outro lado, o historiador não pode ser cético, pois dessa forma descreditará o testemunho e ficaria sem material para trabalhar. Mas aí surge um questionamento. Como deve se posicionar o historiador diante das fontes? Ele deve assumir uma “atitude crítico”, que reúne credulidade e ceticismo. Sendo crédulo, o historiador deve receptor a informação, amparar o documento; depois, cético, ele deve criar dúvidas, levantar suspeitas, desconfiar e processá-lo, elaborá-lo. A confiança no documento não pode estar no conteúdo nele explícito, mas construída pela “dúvida metódica” do historiador. Para dar crédito às minhas afirmações, vou usar as palavras de Reis, pois segundo esse autor:

A atitude crítica é tão essencial à historiografia que até abole a diferença tradicional entre “falso” e “verdadeiro”. Para o historiador crítico, até o documento falso traz uma informação objetiva sobre o assunto que está tratando. Todo documento é uma informação, um conteúdo do passado, e se os falsos fossem destruídos poderíamos ficar a míngua de prova (2010, p. 49).

Como podemos perceber o documento não chega às mãos do historiador pronto e acabado, e não há observação do documento sem problematização e hipótese. Não tem uma receita pronta e acabada para se escrever história, pois não se pode construir o evento tal como se passou, mas a hipótese que o representa.

Dessa forma, pelo o que já foi escrito até o momento, podemos perceber que por mais que se discuta sobre qual método é mais eficaz, sobre que conceito histórico está em voga, o que não se pode negar é a importância que o marxismo e a história operária têm para a historiografia, pois como diz Hobsbawm:

Como todos os ramos da história, a história operária ampliou enormemente tanto seu campo de ação quanto seu método, em parte através de uma extensão de seu âmbito, a partir de uma história mais restrita, de ordem política, ideológica, ou mesmo econômica, para uma história social em seu sentido mais amplo; em parte através da consequência necessária de explorar fontes inteiramente novas por meio

de técnicas apropriadas e em geral inovadoras; e em parte através do contato com as ciências sociais das quais se apropriou livremente (2008, p. 25).

Nos dias atuais há um ressurgimento do interesse por Marx. Diferente de pouco mais de duas décadas, quando teve fim a União Soviética e o pós-modernismo ganhou prestígio levando muitos a acreditar que o marxismo estaria definitivamente abolido da história. Hoje há alguns vestígios de que Karl Marx e seus seguidores estão voltando ao campo do debate. O aumento das tensões sociais, no qual o mercado de trabalho não consegue fornecer vagas suficientes para suprir a demanda de jovens à procura de trabalho, aumentando dessa forma a desigualdade social e contribuindo para o crescimento da criminalidade urbana.

As greves que de certa forma ajudavam os empregados a conseguir certo aumento de salário e outros direitos. Hoje quase não existem greves pelo fato de não existir mais uma organização da classe operária juridicamente livre, pois a maioria dos sindicatos está nas mãos dos governos que favorecem quase sempre as grandes empresas. Por outro lado, há uma grande demanda de mão de obra para poucas vagas de emprego, transferindo de certa forma o poder para as mãos dos empresários. Para termos um melhor embasamento sobre essa questão, usarei como mão de força as palavras de Arruda, que diz:

Num grau mais avançado de desenvolvimento do capitalismo, já não se trata mais, como afirmou Marx, da formação de uma classe juridicamente livre e alienada dos meios de produção: a reunião de elementos objetivos (classe em si) que constituem a classe operária permite que esta, no seu vir a ser no seu interior da sociedade burguesa, se continua também como classe para si, uma classe que se organiza politicamente para defender os seus interesses (ARRUDA apud MARX, 1984 e MARX e ENGELS, 1988 2012, p. 77-78).

Nos dias atuais o que tem prevalecido é o individualismo dos trabalhadores, enfraquecendo uma possível organização de classe operária, pelo fato da busca incessante do trabalhador por melhores cargos e melhores promoções nas empresas onde trabalham. Isso não significa dizer que esses trabalhadores não tenha uma consciência de que precisam se organizar em busca de seus direitos, o problema da atualidade com relação à exploração do trabalho, é que não há mais só uma alienação do trabalho, mas uma escravização. Pois foi criada uma falsa ideia de que o trabalho iria trazer conforto e lazer para as pessoas, possibilitando que elas ganhassem o suficiente para tirar férias, viajar, sem ter

que ficar endividada, ou seja, nesse caso, trabalhar seria prazeroso. Esse tipo de frustração ocorre porque houve a apropriação privada do capital de todos os bens produzidos pelos trabalhadores, como nos mostra Renata Traspadidi na introdução do livro escrito por Karl Marx, que tem como título: Trabalho Assalariado e Capital e Salário, Preço e Lucro. Segundo essa autora:

A apropriação privada que o capital faz da riqueza produzida pelos trabalhadores, dos territórios, da terra, dos meios de produção, dos bens da natureza é explícita. O que está em jogo não é a possibilidade de esse ser mais ou menos excludente, porque não o é. O que está em jogo é a possibilidade de retomada de um modelo que supere o então vigente, tendo a classe trabalhadora como protagonista da transformação. Em lugar da propriedade privada, da concentração e da centralização da riqueza e da renda, baseada na exploração do trabalho e na acentuada exclusão, o que os marxistas de ontem e de hoje clamam é pela protagonização da classe trabalhadora na luta de classe (MARX, 2010, p. 14).

Mas, ao contrario dessa aclamação feita pelo os marxistas, trabalhar hoje é sinônimo de individualidade, onde cada um busca seu lugar no mercado de trabalho, e quando os trabalhadores buscam a ajuda dos sindicatos, esses estão em sua maioria aliados ao governo e as empresa.

Esse individualismo adquirido pelos operários dentro de um sistema capitalista vorás tem causado não só danos materiais como a exploração do trabalho, mas também problemas graves a saúde, como o estresse, angustia, pois quanto mais se trabalha mais alto é o nível de consumo que aliena as pessoas e faz com que elas caiam na teia do endividamento e dessa forma precisa trabalhar mais e mais, fazendo com que a vida do trabalhador vire uma bola de nove.

Dessa forma, como é possível afirmar que as ideias de Marx e do marxismo estão ultrapassadas? Ao ler as afirmações acima, algum leitor mal intencionado pode chegar à conclusão de que Marx era contrario ao trabalho, e é exatamente o contrario. Para Marx o trabalho é de fundamental importância para o ser social porque ele transforma a natureza na base material indispensável ao mundo dos humanos. O trabalho permite que, ao transformar a natureza, os homens também se transformem.

Mas o marxismo já deu uma boa contribuição para a história, pois foi de grande importância na renovação do uso das fontes históricas e dos métodos usados pelos historiadores que passaram a rejeitar o método “positivista” que

defendia a neutralidade na hora de escrever história e o distanciamento de seu objeto, como nos mostra Reis no livro que tem como título: *A História, entre a Filosofia e a Ciência*:

Acreditava os ditos “positivistas”, parece, que isso era possível. Acreditavam que, se adotassem uma atitude de distanciamento de seu objeto, sem manter relações de interdependência, obteriam um conhecimento histórico objetivo, um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva. O historiador, para eles, narra os fatos realmente acontecidos e tal como eles se passaram. Os fatos “narráveis” eram os eventos políticos, administrativos, diplomáticos, religiosos, considerados o centro do processo histórico, dos quais todas as outras atividades eram derivadas, em seu caráter factual: eventos únicos e irrepetíveis (REIS, 2004, p. 18).

Esse tipo de atitude tonada pelos historiadores da história tradicional valorizava apenas os “grandes personagens”, como os faraós, os reis, os generais. Deixando de fora dos eventos e dos fatos históricos aqueles escravos egípcios que construíram as pirâmides, os escribas e conselheiros dos faraós. Da mesma forma acontecia com os reis que ganhava todos os créditos pela administração do reino, ficando de fora dos livros e manuais de história os camponeses, os conselheiros dos reis e todas as relações sociais dessa época. Por muito tempo Napoleão Bonaparte ganhou todos os créditos pelas vitórias nas guerras napoleônicas, sem que ninguém soubesse da importância que tinha os soldados rasos na frente de batalha.

Diferentemente da história tradicional, segundo Vilar (REIS, 2004):

Para o materialismo histórico de Marx, o material histórico é analisável, observável, objetivável, quantificável. Esse material assim “objetivamente tratável” não são as expressões do Espírito – a religião, o Estado – a cultura, a arte, tratáveis intuitivamente –, mas as “estruturas econômico-sociais”, consideradas a raiz de toda a representação, de todo simbolismo, de todo um sentido de uma época (VILAR apud REIS, 2004, p. 51).

Para os marxistas o tratamento dado ao documento não é de neutralidade, mas de aproximação, observação, para daí construir suas problematizações e suas hipóteses. Os marxistas enquanto hipóteses valorizavam as contradições, já que as teorias históricas anteriores davam prioridade à harmonia, a continuidade entre os vários ramos sociais.

Segundo os marxistas, Marx criou uma “teoria geral” do movimento das sociedades humanas com base em hipóteses principais que diziam que o modo de produção era a base da transformação histórica, isso caso as forças produtivas se modificassem, caso contrario, a capacidade de criação da vida humana ficava imóvel. As classes sociais com suas lutas era quem conduzia a história, não poderiam ser definidas pela capacidade de consumir nem pela renda e sim pela condição no processo de produção.

É interessante deixar claro para os leitores, que não é minha intenção nas palavras que estou discorrendo neste primeiro capítulo discutir a fundo a teoria de Marx, nem dos Marxistas. A importância principal da abordagem marxista nesse capítulo é para mostrar o quanto a historiografia escrita por esses historiadores contribuiu para tentarmos entender os conflitos sociais que estão inseridos na relação humana que envolve o trabalho. E como diz o historiador Burke em seu livro, *A escrita da História*:

É óbvio que a contribuição dos historiadores marxistas, aqui e em qualquer outra parte, tem sido enorme: na verdade, um filósofo marxista declarou que todos aqueles que escrevem a história vista de baixo, assim o fazem na sombra marxista da história. Embora tais afirmações possam parecer um tanto hiperbólicas, a dívida do historiador social para com as ideias de Marx e para com os historiadores marxistas deve ser reconhecida, e certamente não é minha intenção juntar-me à tendência atualmente em voga de depreciar uma das mais ricas tradições intelectuais do mundo (BURKE, 1992, p. 44).

Essa citação foi escolhida como ponto chave para mostrar a importância dos historiadores marxistas para a historiografia, mesmo Burke chamando a atenção para o compromisso rigoroso dos que iram trabalhar com a visão de baixo, pois como diz esse autor:

Os historiadores que trabalham com a visão de baixo devem, é claro, ser tão rigorosos nessas questões quanto em quaisquer outras, mas *Montaillouse* situa como uma espécie de marco na escrita da história dessa perspectiva. Como observou seu autor, “embora haja muitos estudos históricos relacionados às comunidades camponesas, há pouco material disponível que possa ser considerado um testemunho direto dos próprios camponeses” (Ibid., p. 47).

Esse é o ponto chave que dificulta o trabalho de qualquer historiador que mora numa cidade pequena, onde não existem arquivos públicos, e os documentos importantes estão em sua totalidade nas mãos de particulares, como é o caso da cidade de Junco do Seridó. Mas por outro lado, existem as fontes

escritas e os depoimentos horais, que sendo usado com compromisso pode ser de grande ajuda para se tentar entender um determinado momento do passado.

Como podemos observar que do ponto de vista da teoria marxista, o trabalho é a essência para a sobrevivência, pois sem ele dificilmente o ser humano não conseguiria os recursos necessários para sobreviver. E é através desse mesmo trabalho que o homem escravizou o próprio homem, subjugou sociedades inteiras criando cicatrizes que estão abertas ainda nos dias atuais, como é o caso do preconceito contra os africanos.

Segundo Burke, as lutas, as conquistas, os relacionamentos, o trabalho daquelas pessoas que desde os tempos imemoriais sempre deram sentido e mobilidade a história, que a menos de um século estavam excluídos a história só está disponível a os pesquisadores graças:

Aqueles que escreveram a história vista de baixo não apenas proporcionaram um campo de trabalho que nos permite conhecer mais sobre o passado: também tornaram claro que existe muito mais, que grande parte de seus segredos, que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidência inexplorável (BURKE, 1992, p. 62)

É a partir dessa renovação das fontes documentais que o historiador consegue através de muito esforço e compromisso “refazer” e contar alguns fatos históricos que para muitos não tinha importância, e para outros é importante tentar entender aquele momento histórico que por várias décadas esteve esquecido, como é o caso dos mineradores que trabalhavam na exploração de caulim no município de Junco do Seridó. Que da década de 1970 até os dias atuais não aconteceu de forma homogênea, pois os mineradores passaram por vários percalços na prática de uma atividade que quase sempre gerava medo e insegurança no que diz respeito aos perigos oferecidos pelo local de trabalho e pela incerteza sobre se conseguiria ou não o sustento da família no final do mês.

2 A PRODUÇÃO DA MAIS VALIA ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO CAULIM EM JUNCO DO SERIDÓ

Não podemos iniciar uma pesquisa histórica sem antes situarmos espacialmente e temporalmente, isto é, contextualizar. Fato que nos incentiva a inserir Junco do Seridó no Estado da Paraíba.

Junco do Seridó possui 160,10km² e seu acesso, para quem vem da Capital do Estado, João Pessoa, ocorre pela BR 230. Segundo dados do IBGE referentes ao Censo Demográfico de 2010 o município conta com uma população de 6.643 habitantes residentes dos quais 4.369 estão localizados na área urbana e 2.274 são moradores da zona rural o que representa, em termos percentuais, 65,8% na cidade e 34,2% morando no campo.

O Junco do Seridó está situado na Mesorregião da Borborema, Microrregião do Seridó Ocidental Paraibano e limita-se ao norte com o Estado do Rio Grande do Norte, ao o sul com o município de Assunção e Salgadinho, ao leste com o município do Tenório e ao oeste com o município de Santa Luzia. A altitude na cidade de Junco do Seridó é de aproximadamente 590m, e localiza-se entre as coordenadas geográficas de 06° 59' 48" S e 36° 42' 47" W (PRODER, 1997, p. 11). No mapa da Paraíba mostrado abaixo, mostra a localização da cidade de Junco do Seridó.

Figura 1 – Localização de Junco do Seridó no Estado da Paraíba



Fonte: Nóbrega (2012).

Os empresários que trabalham com o caulim tem a seu favor o fato deste município está localizado em um lugar propício para a exploração desse mineral, pois o clima predominante no município de Junco do Seridó é semiárido (Bsh). [...]. Esse clima quente e seco com chuvas de verão alcança os índices de baixa precipitação, com média anual de 500 mm, a temperatura média anual é de 26° C, a umidade relativa do ar não ultrapassa os 75%, esse clima inóspito é ainda mais castigado pela irregularidade das chuvas, fato que provoca o fenômeno das secas (RODRIGUES, 2002, p. 36).

Geograficamente o município de Junco do Seridó faz parte de uma província mineral: Província Pegmatítica da Borborema. A área que compõe a província é ligeiramente ondulada, com direção preferencial NE – SW abrangendo municípios dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte: Acari (RN), Carnaúba dos Dantas (RN), Jardim do Seridó (RN), Parelhas (RN), Equador (RN), Lajes Pintada (RN), Campo Redondo (RN), Rui Barbosa (RN), São Tomé (RN), Cerro Cora (RN), Caiçara do Rio dos Ventos (RN), Lajes e Jardim de Anjico (RN); Frei Martinho (PB), Nova Palmeira (PB), Pedra Lavrada (PB), Serdó (PB), Cubati (PB), Taperoá (PB), Juazeirinho (PB), Salgadinho (PB), Santa Luzia (PB), Tenório (PB), Várzea (PB), Assunção (PB) e Junco do Seridó (PB). Na Paraíba esses municípios pertencem à micro região do Seridó Oriental, ocupando o município de Junco do Seridó porção mais meridional na província. O mapa abaixo mostra de forma mais clara a localização dessas cidades.

Figura 2 - Província Pegmatítica da Borborema - Seridó



FONTE: Nóbrega (2012).

O trabalho com a exploração de minério no município de Junco do Seridó e adjacentes começou no início da década de 1940, mas não foi o caulim que chamou a atenção dos mineradores. A princípio, foi um tipo de minério preto conhecido comocolumbita, berilo e mica, como podem comprovar através de uma citação retirada do artigo científico por Nóbrega e Menezes, e tem como título: A organização do trabalho nos garimpos em áreas rurais: o caso do caulim na região do Seridó, Estado da Paraíba e segundo esse aurores:

A exploração da atividade mineral em Junco do Seridó data da década de 1940, mas não se tratava da exploração de caulim e sim de minérios que servissem à indústria bélica como columbita, berilo e mica. Silva (1995) enfatiza que é com os acordos entre Brasil e Estados Unidos, no período da guerra, que surgem as condições para financiar a política de desenvolvimento do setor mineral, resultando, por exemplo, na instalação, em 1942, da Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce. A importância destes acordos, para Junco do Seridó e toda microrregião, está na vinda de missões técnicas as quais não só estudaram e conheceram a diversidade mineral local, como também, orientaram garimpeiros quanto à forma de exploração. Além disso, mapas geológicos foram elaborados, áreas foram definidas para exploração e o processo de comercialização de tantalita, columbita, berilo e mica passaram a ser feito em grande intensidade. Segundo Vasconcelos (2006) a década de 1940 foi muito favorável a exploração de minério no Seridó havendo empresas que reuniam até 3.000 garimpeiros na extração mineral por toda microrregião(NÓBREGA e MENEZES, p. 3-4).

A escavação desses minérios não exigia muita profundidade, logo não oferecia muito perigo, uma vez que, com pouco mais de três metros já poderia ser encontrado de forma abundante, logo chamando a atenção de centenas de trabalhadores desse município na esperança de melhorar de vida. Mas desde o início, a exploração de minério em Junco do Seridó esteve monopolizado nas mãos dos grandes empresários de outras regiões, deixando para os trabalhadores dessa localidade apenas pobreza e saudades daquele momento.

2.1 A EXTRAÇÃO DO CAULIM NAS BANQUETAS: UMA LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

Já a exploração do caulim no município de Junco do Seridó teve início no começo da década de 1970, segundo as pesquisa que fiz sobre as várias monografias, artigo e tezes que falam sobre esse assunto. A pesquisa mais recente sobre a exploração do caulim foi escrita pelo o historiador Inairan Cristino

Cunha, quando este escreveu sua dissertação de mestrado que teve como título: *Trabalhadores de Sonho e de Pó: Garimpendo História, Extraíndo Subjetividades e Lavrando Sensibilidades nas Banquetas de Caulim de Junco do Seridó – PARAÍBA*. Segundo esse autor:

Destarte, a extração do caulim, como a conhecemos hoje, em banquetas, banquetões e galerias, mais afetiva e contínua, segundo garimpeiros entrevistados para esta escrita, teve seu marco inicial na década de 1970 – eles precisam o ano de 1971 – quando a Empresa CAULISA, com sede na cidade de Campina Grande-PB, começou o trabalho de pesquisa mineral à procura de caulim para explorá-lo (CUNHA, 2012, p. 72).

A CAULISA era associada da indústria de papel Simão S/A de São Paulo, constituindo essa poderosa firma seu principal cliente. A CAULISA adquiria toda a produção bruta de caulim dos intermediários, ou seja, pessoas que compravam o caulim dos garimpeiros e vendiam para a empresa supracitada, a qual beneficiava o mineral. Depois de beneficiar o caulim, vendia para São Paulo e toda a produção era atribuída como material de Campina Grande, acarretando também, perdas de receitas para o município de Junco do Seridó.

Quando perguntado sobre a participação da CAULISA na compra do caulim, veja o que respondeu o senhor João Bento de Albuquerque, um dos colaboradores dessa pesquisa:

No tempo da CAULISA nós perdia 5 a 6 carradas de caulim por semana, a CAULISA foi a mais que roubou nós. Compadre Antônio teve mês de perder 15 carradas de caulim, nós tirava e perdia, porque os caras lá não pagava nem devolvia, mais moía, não jogava nada no mato não, desmanchava o caulim e agente é quem perdia.

Como podemos perceber nesta citação, desde o início da exploração do caulim, os mineradores e o município referido tiveram prejuízos econômicos que teve reflexos na vida dos mineradores e na cidade de Junco do Seridó. Os garimpeiros do caulim reclamam até hoje que tiveram prejuízos de varias toneladas de caulim, pois os encarregados da CAULISA alegavam que o caulim era “sujo”, já que o mineral teria que ser totalmente branco, sem impurezas para ser aproveitado.

Mas o que deixava os mineradores mais irritados era que as supostas *carradas*¹ de material “sujo” não era devolvidos. Uma clara exploração do trabalho desses pobres trabalhadores que além de arriscar suas vidas para conseguir o alimento de sua família, tinham que se conformar com o roubo do seu suor. Mas segundo Karl Marx:

Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso, que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso quer produzir mercadorias além do de valor-de-uso, valor e não só valor excedente (mais valia) (1968, p. 211).

Ao observar esta citação podemos perceber que os próprios mineradores estavam envolvidos nesse valor-de-uso, pois eles iniciavam a transformação da matéria prima da natureza, no caso o caulim em valor-de-troca.

Mesmo assim os garimpeiros de caulim de Junco do Seridó não sabiam o verdadeiro valor e nem a serventia desse produto no início de sua produção, caracterizando um valor muito mais alto de mais valia para o capitalista, pois com a desculpa que o caulim era de má qualidade, os atravessadores compravam barato aos garimpeiros e vendia a preço mais alto a CAULISA.

O aumento da produção do caulim neste município começou no início de 1990 e teve seu apogeu mais ou menos de 1998 a 2005, onde vai acontecer uma mudança das *banquetas*² para a galeria, e depois para os banquetões.

Na entrada da banqueteta os mineradores erguiam (ou erguem, pois essa prática existe ainda hoje) uma estrutura rudimentar de madeira com duas forquilhas e um carretel no meio.

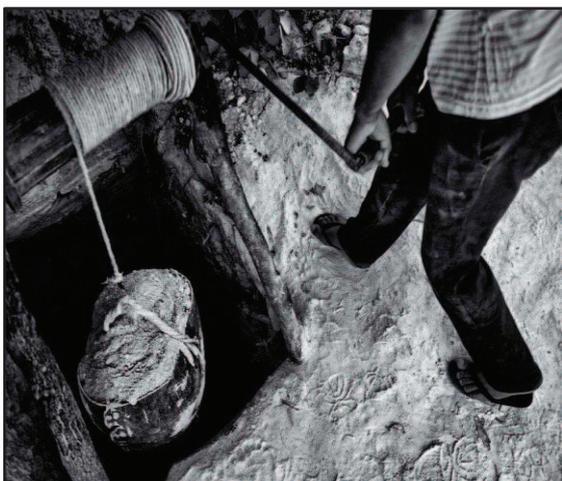
O carretel era feito artesanalmente com um caule de mandacaru por ser resistente e por ter um miolo de fácil penetração onde se botava um ferro preparado

¹Nome dado pelos garimpeiros a uma caçamba que comporta dez toneladas de caulim.

²Recebe esse nome por causa do lugar de onde é extraído o caulim, um buraco com mais ou menos um a dois metros quadrados, podendo chegar a cinquenta metros ou mais de profundidade, dependendo do lugar. Lembrando que a tradução de banqueteta no dicionário de Português remete a outro significado. A palavra banqueteta exposta neste trabalho monográfico é apenas uma gíria criada pelos mineradores.

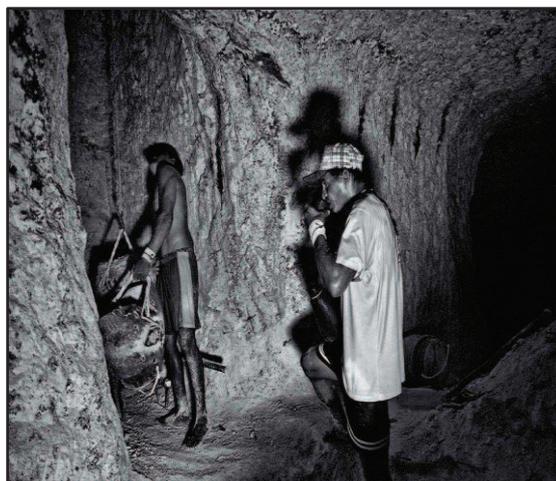
no fogo em formato mais ou menos de um z, sendo que a parte superior do z era mais alongada para que pudesse atravessar o tronco do mandacaru. Depois o carretel era apoiado em duas peças de ferro acopladas em duas forquilhas de madeira para que um dos banqueteiros³ que trabalhavam na banquetta transportasse o caulim em um tambor de borracha também confeccionado artesanalmente pelos mineradores. Esse tambor era puxado por uma corda presa no carretel, que ao girar a manivela era envolvida no mesmo que transportava o tambor cheio de caulim para fora da banquetta, como mostram as figuras 01 e 02.

Fotografia 1 - Minerador puxando um tambor de caulim para fora da banquetta.



Fonte: José Bezerra

Fotografia 2 - Um minerador enche o tambor para ser puxado e o outro cava o caulim.



Fonte: José Bezerra

Essas imagens são importantes para comprovar os escritos acima sobre a confecção dos materiais usados nas banquettas, e também para nos dar uma dimensão de como era realizada uma atividade onde a exploração da mão de obra desses garimpeiros do caulim era total. Para termos uma ideia dos meios de trabalho, vamos dialogar um pouco com Antunes, pois segundo esse autor:

Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue às épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha. Entre os meios de trabalho mesmos, os meios mecânicos de trabalho, cujo conjunto pode-se chamar de sistema ósseo e muscular da produção, oferecem marcas características muito mais decisivas de uma época social de

³Nome criado pelos mineradores de caulim para aqueles que trabalhavam na banquetta.

produção do que aqueles meios de trabalho que apenas servem de recipientes do objeto de trabalho e cujo conjunto pode-se designar, generalizando, de sistema vascular da produção, como, por exemplo, tubos barris, cestas, cântaros etc. Eles só começam a desempenhar a desempenhar papel significativo na fabricação química (RICARDO, 2013, p. 34-35).

Essa citação é interessante, pois retrata exatamente o que está exposto nas figuras acima, os mineradores não usam equipamentos de segurança como, capacetes, botas e equipamentos usados em alpinismo porque se recusam a acompanhar as inovações tecnológicas, mas por causa de suas condições sociais. Para descer e subir as banquetas era uma aventura arriscada, pelo fato do único ponto de segurança ser uns buracos cavados na lateral da banqueta para servir de escada onde os banqueteiros botavam os pés, e uma corda amarrada na forquilha que segurava o carretel.

Também serve como comparação para percebermos como a extração do caulim é totalmente diferente da exploração de minérios preciosos, a começar pelos investimentos como nos mostra Passos:

No mundo do garimpo, a divisão social mais importante é aquela representada pelos proprietários do garimpo e os trabalhadores. Ainda há os sócios diretos e os pequenos comerciantes que prestam algum subsídio, na expectativa de participar do jogo, da aventura... de um achado significativo e valioso! Os proprietários entram com o capital e as máquinas, e ainda, remunera os trabalhadores, quer em sistema de diarista, quer em sistema de parceria. Os sócios, podendo ou não residir no garimpo, fornecem para sua manutenção os suprimentos tais como, máquinas e créditos, em troca de parte da produção (2014, p. 06).

Diferente dos garimpos de metais preciosos, nas banquetas os mineradores de caulim tinham que arcar com todas as despesas, desde a confecção do material usado na exploração, até as despesas com a retirada do caulim, que no início da década de 1990 gerava renda que mal dava para sobreviver por vários motivos: primeiro porque o pouco que conseguiam produzir tinha que ser dividido entre os companheiros que concordavam entrar em sociedades para cavar uma banqueta; em segundo lugar, cada garimpeiro tinha que pagar a própria dívida adquirida com a escavação, desde a compra da corda, da picareta e com a alimentação. Isso até chegar ao veio do caulim durava em média de 1 a 3 meses, se caso o caulim fosse de boa qualidade, ou teriam que abrir outra banqueta.

Ao fazer uma comparação com o processo de mais valia de Marx, podemos perceber que no caso do trabalho de produção do caulim, a exploração por parte dos capitalistas era ainda maior porque as despesas com as ferramentas usadas para a escavação, carregamento do caulim saía do lucro dos mineradores, e segundo Marx:

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumento de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução de trabalho (1968, p. 209).

Como podemos perceber nesta citação, o capitalista além de contratar o trabalhador também fornece os instrumentos necessários para a realização do trabalho. Neste caso os mineradores do caulim do município de Junco do Seridó são um caso a parte pelo fato de serem eles próprios que arcavam com suas despesas.

Se a mais valia se caracteriza em cima do montante retirado pelo capitalista das horas de trabalho pago e dos instrumentos usado pelo trabalhador, no caso das banquetas o capitalista pagava só pela força de trabalho, aumentando ainda mais o lucro no final do processo de produção.

Outra forma de controle da produção e da exploração da mão de obra feita pelo capitalista, que de certa forma estava oculta para os mineradores era forma de como se realizava a produção. Pois os banqueteiros optavam por produzir independente, ou seja, sem vínculo empregatício, eles próprios escolheriam o horário de trabalho, as formas de trabalho, extraía o caulim e vendiam. Mas sendo Marx, essa ideia de independência não podia acontecer, pois:

A normalidade dos fatores materiais do trabalho não depende do trabalhador, mas do capitalista. Outra condição é a normalidade da própria força de trabalho. Deve possuir grau médio de habilidade, destreza e rapidez na especialidade que se aplica. Mas, nosso capitalista comprou no mercado força de trabalho de qualidade normal. Essa força, tem que ser gasta conforme a quantidade média de esforço estabelecido pelo costume, de acordo com o grau de intensidade socialmente usual. O capitalista está cuidadosamente atento a isto, e zela também por que não se passe o tempo sem trabalho. Comprou a força de trabalho por prazo determinado. Empenha para ter o que é seu. Não quer ser roubado (MARX, 1968, p. 120-221).

Essa citação é interessante para nós percebermos que em nenhum momento no modo de produção capitalista o trabalhador tem independência, porque ele tem que produzir para alguém que está pagando pela produção e exige qualidade e tempo de entrega. É o que acontecia no caso dos mineradores, eles tinham uma quantidade estipulada de produção por dia, que eram no mínimo 20 toneladas, mas nas banquetas a produção chegava ao máximo de 15 toneladas que dava uma caçamba e meia, e também havia exigência na qualidade, ou seja, o caulim não podia ter impurezas.

2.20 INÍCIO DOS ANOS DE 1990 E A CRISE POLÍTICA E FINANCEIRA NO BRASIL

Trabalhar nas banquetas não é nada fácil nos dias de hoje, imagine no início da década de 1990, onde o Brasil passava por uma crise política e financeira sem precedentes. Crise política pelo fato do país ter vivido uma Ditadura Militar que duraram 15 anos. Quando o regime militar chegou ao fim, o suposto Presidente da República Tancredino Neves morreu assumido no seu lugar José Sarney, onde comandou o Brasil por quatro anos, nesse período o país passou por graves crises políticas e financeiras.

Em 1989, nas eleições presidenciais ganhou Fernando Collor de Melo que surgiu como esperança de mudar a situação de crise do país, mas o que se viu foi mais inflação e crise política que resultou em sua cassação em 1992, deixando o Brasil em uma situação de quase estagnação financeira.

A década de 1990 é por si só um período econômico muito difícil para o Brasil e a sociedade brasileira em geral, onde a inflação subia a todo o momento como afirma Sérgio Fausto no capítulo doze do livro História do Brasil de Boris Fausto: “em 1993, a inflação chegou a 2000%, com aceleração no segundo semestre [...]” (FAUSTO, 2012, p. 477).

Nessa época as coisas não eram muito fáceis para os mineradores, pois como nos mostra João Bento Albuquerque em uma entrevista concedida para essa pesquisa:

Era muito complicado, além da produção ser pouca, a carestia era grande, o dono da bodega não notava o preço não, notava mesmo era o nome da mercadoria, pois num dia era um preço, no outro dia já era tinha

aumentado, agente trabalhava só pra sobreviver. Só a partir de 1994 quando começou o real as coisas melhoraram um pouquinho, já que em 1995 o preço da carrada de caulim era de 25 real dividido pra quatro trabalhador, mais mesmo assim as coisas melhorou um pouquinho já que a inflação também baixou.

Essa citação é de fundamental importância para entendermos essa época e também para servir de análise para algumas pesquisas realizadas sobre a produção de caulim no município de Junco do Seridó, como o artigo escrito por Nóbrega e Menezes que diz:

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela instalação de grandes empresas minerais no Nordeste, a exemplo da Cerâmica Elizabeth, situada no município do Conde, microrregião de João Pessoa no Estado da Paraíba. No caso específico do município de Junco do Seridó, foi o período em que a atividade se organizou e passou a interligar, de modo mais dinâmico e intenso, o município ao mercado nacional através da exportação de caulim e feldspato beneficiados para indústrias de pisos cerâmicos (NÓBREGA et al, 2012, p. 79).

A análise desses autores está voltada apenas para os investimentos do governo federal para esse município, mas não percebem que aumentou só a produção do caulim, permanecendo as mesmas dificuldades enfrentadas pelos mineradores desde o início da exploração do caulim e durante toda sua produção, principalmente na década de 1990, quando foi preciso ser tomadas medidas para combater a inflação como mostra Santos em seu livro: “Questão Social”, particularidades no Brasil, pois como diz essa autora:

A solução para o enfrentamento da inflação, porém, vieram acompanhadas de uma política monetária restrita e da abertura comercial (Alves, 1988). Embora o Brasil tenha se constituído, historicamente, como uma economia internacionalizada, conforme dito anteriormente, a abertura comercial promovida pelas políticas neoliberais, a pretexto de tornar a economia “mais competitiva”, desregulamentou algumas últimas barreiras de proteção comercial aos produtos internos [...]. Fornecendo as importações, esta abertura comercial trouxe graves consequências ao longo de toda década de 1990 já que muitos “[...] não conseguiram absorver a pressão por rebaixamento de seus preços e/ou a competição em qualidades dos produtos importados” (Henrique et al., 1986, p. 98) e fecharam suas fábricas, reduzindo, conseqüentemente, os empregos do setor produtivo (SANTOS, 2012, p. 213-214).

Apesar de toda crise financeira enfrentada pelos garimpeiros na década de 1990, a produção do caulim em Junco do Seridó a partir de 1995 aumentou, mas

não significou grandes mudanças para a vida dos banqueteiros e também para a cidade.

2.3 OS BANQUETÕES, AUMENTA A PRODUÇÃO, DOBRA A EXPLORAÇÃO.

A partir do final do século XX e início do século XXI a produção de caulim no município de Junco do Seridó mais que dobrou. Se nas banquetas a produção era de uma carrada, no máximo uma e meia por dia, nos banquetões tinha dia que chegava a cinco carradas.

O banquetão é uma banqueta, só que mais larga, e no lugar do carretel que era operado manualmente, entra o guincho operado mecanicamente, como podemos observa na figura 3.

Fotografia 3 - O guincho mecânico substituiu o carretel da banqueta



Fonte: Almeida (2009).

No guincho não tem aquela sociedade que existia nas banquetas, onde o ganho e as despesas eram repartidos por igual entre os sócios. Agora a sociedade fica restrita a no máximo duas pessoas, que irão dividir as despesas, mais também o lucro que passa a ser muito maior. A produção por toneladas é muito maior, como podemos ver nas palavras de Cunha:

Do final do século passado e, principalmente, na primeira década deste século ocorreu um boom da produção do caulim no município, principalmente, pelos vários usos encontrados para esse material. No ano de 2005, por exemplo, as reservas desse mineral, medidas de Junco do

Seridó, foram de 127.226 toneladas e a Paraíba de 190.924 toneladas (2012, p. 103).

Quando Cunha fala dos vários usos encontrados para esse material, ele está se referindo ao uso do caulim pela indústria de papel e celulose, pela a indústria de cerâmica e a indústria de tintas e vernizes entre outras que também utilizam o caulim.

Mas o que mais impressiona é que esse aumento de produção não foi revertido em impostos para o município de Junco do Seridó e muito menos para a melhoria das condições de vida de seus habitantes. O que se vê ao passar na BR 230 é um monte de entulho branco exposto ao ar livre sem utilidade alguma.

A produção do caulim se intensificou, exigindo do trabalhador destreza na hora de encher a cocha⁴, e de cava o caulim necessário para a produção do dia. Quanto a isso, vejamos o que diz Marx:

Mas, quando se mede o tempo de trabalho aplicado na produção de um valor-de-uso, só se considera o tempo de trabalho socialmente necessário. Isto envolve muitas coisas. A força de trabalho deve funcionar em condições normais. Se o instrumento de trabalho socialmente dominante na fiação é a máquina de fiar, não deve por nas mãos do trabalhador uma roda de fiar. O trabalhador deve receber algodão de qualidade normal e não refugo que se parte a todo instante. Em ambos os casos gastaria ele mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um quilo de fio, e esse tempo excedente não geraria valor nem dinheiro (1968, p. 220).

Quanto aos instrumentos de trabalho usados pelos mineradores que trabalhavam no banquetão⁵, não diferenciava muito das ferramentas usadas nas banquetas, que era a picareta, a pá, a enxada. O que mudou nesse novo processo foi o guincho que ajudou a dobrar a produção. Se antes era de dez toneladas de caulim, agora podia chegar até a sessenta por dia. Uma produção que passou a representar um aumento considerável nas receitas do Estado como nos mostra Cunha:

A quantidade e o valor do caulim bruto comercializado pelo Estado, nesse mesmo ano, ficaram na ordem de 5.003 toneladas, para uma arrecadação de 120.075 Reais e o do caulim beneficiado de 5.003t e R\$350.825,

⁴ Uma caixa de ferro com mais ou menos um metro quadrado, que de encher os garimpeiros acoplava ao cabo de aço para ser puxado para fora do banquetão pelo guincho.

⁵ Local onde o caulim é lavado, separado as impurezas, ficando só a goma, secado ao Sol ou no forno a lenha, para depois ser vendido para as grandes empresas.

respectivamente, totalizando para a Paraíba R\$ 475.900 (Quatrocentos e Setenta e Cinco Mil e Novecentos Reais) recebidos. Esses números representam a produção beneficiada, ou seja, a que passou pelos decantamentos e pagou impostos. Como não houve – e não há – informações de toda a produção comercializada em Junco do Seridó, estima-se que essa atividade movimente, anualmente, aproximadamente, R\$ 1.000.000.00 (Um Milhão de Reais) por ano (2012, p. 103).

Ao analisarmos essa citação percebemos o quanto os banqueteiros eram e são explorados, uma vez que ao sair da banqueteta, o caulim bruto era vendido por um preço, depois de beneficiado, a mesma quantidade de caulim era vendida pelo dobro do seu valor inicial.

Para piorar a situação, assim como os trabalhadores das banquetetas, os mineradores que trabalhavam nos banquetões também tinham que arcar com as despesas das ferramentas usadas na extração do caulim. Para analisar esse processo de produção, não há ninguém mais qualificado que Marx, quando ele diz:

O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadoria; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista de produção de mercadoria [...]. A mais valia se origina de excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, tanto no processo de produção de fios, quanto do processo de produção de artigos de ourivesaria (MARX, 1968, p. 222).

No caso dos garimpeiros que trabalharam nas banquetetas ou banquetões, a exploração do trabalho e a mais valia esteve presente a todo instante, pois além de receberem o mínimo do seu valor de mão de obra, produziam o dobro do excedente que o capitalista tinha exigido pelo seu dia de trabalho.

O que torna a exploração do trabalho sobre os mineradores de Caulim de Junco do Seridó – PB mais evidente e mais clara, é que os garimpeiros não dependiam apenas de suas próprias capacidades de produzir. Mas da disponibilidade de caulim na natureza, essa atividade pouco produtiva e finita, e diferentemente das sociedades primitivas que ao se esgotar os alimentos eram só mudar de lugar, para os banqueteiros, mudar de lugar custava muitas vezes o pequeno lucro obtido na extração anterior.

3 TRABALHO, DESIGUALDADE SOCIAL E MEDO ENTRE OS MINERADORES DO CAULIM

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (Eclêa Bosi).

Essa epigrafe além de belíssima é também de grande importância, pois mostra para o historiador que há hoje, varias outras formas de se realizar uma pesquisa, sem que o pesquisador esteja refém apenas de documentos escritos. E uma das fontes de pesquisa que está em voga não só para historiadores, mas também para antropólogos, sociólogos, entre outros pesquisadores, é a história oral. Essa fonte de pesquisa é importante não apenas como uma possível substituta da fonte escrita, a história oral é interessante porque dá voz as “minorias” daquelas que estavam às margens da história, como dizem Meihy e Holanda:

Por meio da História oral, por exemplo, movimentos das minorias culturais e discriminadas – principalmente de mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, pessoas com necessidades especiais, além de migrantes e imigrantes e exilados – tem encontrado espaço para validar suas experiências, dando sentido social aos lances vividos sob diferentes circunstancias (MEIHY e HOLANDA, 2007, p. 26 – 27).

Para que essas minorias sociais ganhassem importância e destaque diante da história escrita, não podia haver outra estratégia além da memória para que ela fizesse acordar aquelas lembranças adormecida e rememorar as recordações do passado, que afloram no pensamento de cada individuo, no momento presente.

Em se tratando de memória que é o lugar principal do historiador que trabalha com historia oral, pois é nessa parte do cérebro humano que as informações estão armazenadas. Sabedor do lugar dessa fonte é preciso explorar a memória individual, pois ela não deixa de existir, mas está enraizada em diferentes contextos, com a presença de diferentes participantes, e isso permite que haja uma mudança da memória de sua natureza individual para se transformar num conjunto de acontecimentos divididos por um grupo, passando de uma memória individual para uma memória coletiva, pois segundo Halbwachs não

será possível ao indivíduo recordar de lembranças de um grupo com o qual suas lembranças não se identificam, dessa forma:

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Como podemos perceber nesta citação, a constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência, seja no seio da família, no trabalho, em um grupo de amigos ou no ambiente de estudo. E é principalmente no ambiente de trabalho que os mineradores do caulim comungam suas alegrias, seus sofrimento e seus medos.

3.1 AS NECESSIDADES DE QUEM ESCOLHE A PROFISSÃO DE SER BANQUETEIRO

A cidade de Junco do Seridó, onde realizamos nossa pesquisa, é um município relativamente pequeno, que tem um considerável número de pessoas vivendo na zona rural, com uma economia cuja dinâmica está articulada em torno das atividades agrícola, mineral e do setor de serviços – especificamente os serviços públicos, principalmente vinculados à prefeitura, pois se determinada família votasse no prefeito poderia angariar um emprego, caso contrário, a principal saída era a banqueta e em pouquíssimos casos o comércio.

Dessa forma restava a angustia por não poder escolher outra profissão a não ser a banqueta como afirmou o entrevistado Expedito Gonsalves de Oliveira, nascido em 1973, e natural do Sítio Aldeia, município de Junco do Seridó – PB, mas seus pais vieram morar na cidade em 1983, quando Gonsalves tinha nove anos. Hoje o mesmo tem 41 anos, e quando perguntado sobre qual o motivo de escolher a banqueta para trabalhar, o mesmo respondeu que *“era por necessidade mesmo, já era casado, tinha filho, foi o único trabalho que consegui na época, não gostava muito não, mas tinha necessidade, tinha de encarar”*.

Outro entrevistado que respondeu quase da mesma forma foi João José de Albuquerque, 12 de setembro de 1950 64 anos, natural de Brejo de Areia PB, veio morar na cidade de Junco do Seridó – PB em 1955 tem 64 anos. Segundo o próprio Albuquerque, ele começou a trabalhar no roçado, mas com 17 anos de idade foi trabalhar no garimpo de minério em 1967, e em 1975 com 25 anos de idade começou a trabalhar com o caulim. Mas com relação à escolha dessa profissão, segundo João Bento, foi por que:

não tinha outro meio de vida, se tivesse não trabalhava, mais como não tinha, o dinheiro era pouco, não tinha estudo. Na banqueta era outro sofrimento, tinha vez que não tinha dinheiro nem para feira, porque trabalhava por produção e era carretel, tinha vez que passava de 1 a 2 meses sem encontrar o caulim e tinha que dividir a feira, metade para casa, metade para mina. Quando a banqueta era longe tinha que ser duas feiras.

O terceiro entrevistado é José Fabio Feitosa de Melo, nascido na Cidade de Junco do Seridó – PB em 1982, segundo Melo, com 10 anos já trabalhar nas banquetas. Quando perguntado sobre o motivo da escolha dessa profissão o mesmo respondeu que era “*condição que não tinha do velho segurar seis filhos em casa*”.

Além do mais, quando José Fabio diz que seu pai não tinha condições para sustentar seus filhos em casa, o mesmo está se referindo as condições financeiras da família que era precária, e naquela época quem tinha que se sacrificar era o filho mais velho. Quando eu me refiro a aquela época, estou falando mais ou menos de 1994, já que segundo Fabio, ele começou trabalhar na banqueta tinha 10 anos e hoje ele tem 32 anos.

A partir desses relatos percebe-se que mesmo fazendo uso da memória individualmente, ela só funciona no coletivo, pois “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Por outro lado, as palavras desses lavradores do caulim revelam também que, por traz da escolha da profissão de banqueteiro está à questão social que afeta a cada um deles de forma diferente, mas que os levaram a escolher a mesma forma de trabalho, não levando em conta a exploração, nem o risco de morte, mas

apenas a esperança e a necessidade de obter o salário para ajudar a família, semelhante ao que diz Castel:

Não nos esqueçamos de que a condição de assalariado, que hoje ocupa a grande maioria dos ativos e a que está vinculada a maior parte das proteções contra os riscos sociais, foi, durante muito tempo, uma das situações mais insertas e, também, uma das mais indignas e miseráveis. Alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços. Alguém caía na condição de assalariado quando sua situação se degradava: o artesão arruinado, o agricultor que a terra não alimenta mais, o aprendiz que não conseguiu chegar a mestre (CASTEL, 1998, p. 21).

Essas palavras parecem que foram escritas para representar a situação dos mineradores do caulim do município de Junco do Seridó – PB, pois é dessa forma que acontecia com esses trabalhadores, só tinham a seus braços para dar em troca de um salário que mal dava para comprar os mantimentos da família. Ao perguntar a Albuquerque se o preço pago pelo empresário era justo, o mesmo respondeu:

eles não pagava pelo preço não, pagava pouco demais, não compensava não pelo preço que era para tirar, toda vida era pouco, mais agente tinha que tirar, veio compensar depois do guincho. Mas no tempo que agente trabalhava no carretel, no braço mesmo não compensava não, tinha mês que chegava a não fazer nem um salário. Naquele tempo tinha que revezar entre a banquetta e o roçado, metade do ano em um e metade do ano no outro (entrevista realizada em 01 de Novembro de 2014).

O que é mais interessante nas palavras acima, é que se tratando desse projeto monográfico, as palavras de Marx se encaixam como uma luva, tanto se tratando da exploração do trabalho como na forma que os capitalistas tratavam seus trabalhadores que extraía caulim nas banquetas do município de Junco do Seridó – PB, pois segundo Marx:

Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagar o seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria que comprou. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a funcionar. Portanto ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, o capitalista adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante *todo o dia ou da semana*(2010, p. 113).

Com relação aos banqueteiros, a compra da força de trabalho pelo capitalista custava menos dispêndio que em outras profissões, pelo fato de nas banquetas os meios de produção ficava a cargo dos mineradores que preferiam trabalhar por conta, isto é, preferiam não ter uma carga horária fixa, imposta pelos donos dos decantamentos. Para os garimpeiros, trabalhar por conta própria era melhor porque evitava ter uma pessoa falando todo tempo o que iriam ou não fazer. Mas a escolha de trabalhar dessa forma deixava o trabalho que rendia pouco ainda menos lucrativo, além de gerar um sentimento de abandono, como afirmou João Bento ao ser perguntado se se sentia explorado pelos empresários do caulim:

Eu me sentia abandonado porque eu trabalhava por minha conta, os donos de decantamentos não ajudavam em nada, nem com picaretas, nem com par, nem com corda para o carretel, nem com tambores de borracha porque quem fazia era agente, tudo era por conta do trabalhador, quando não dava certo num canto eu mudava pra outro.

Ao analisar esta citação percebe-se que a escolha por trabalhar por conta própria não era nada lucrativa para os garimpeiros, pois o preço pago pela caçamba de caulim era muito baixo como falou Expedito Gonsalves, *“em 2002 o preço da carrada de caulim era de 33 reais, e dividido para três pessoas dava 11 reais para cada um, pois só dava para tirar uma carrada, tudo era manual”*.

Através das palavras de Expedito percebe-se o quanto era penoso à extração do caulim para esses mineradores, pois como falou o entrevistado, tudo era manual, o que dificultava bastante à possibilidade de uma boa produção, pois dependendo da banqueteta, o operador do carretel teria que puxar manualmente um tambor cheio de caulim a uma profundidade de 30, 40, até 50 metros de profundidade.

Além do mais, a ideia de produção não existe por se só, pois ao se falar de trabalho produtivo, está falando de trabalho socialmente determinado entre quem compra e quem o trabalho, como diz Ricardo:

Trabalho produtivo não é senão expressão sucinta que distingue a relação integral e o modo pelo qual se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo capitalista de produção. Por conseguinte, se falamos de trabalho produtivo, falamos, pois, de trabalho socialmente determinado, de trabalho que implica relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor. O trabalho produtivo troca-se diretamente por dinheiro enquanto capital, isto é, por dinheiro que, por si, é capital, que está destinado a funcionar como capital e que, como capital, se contrapõe à força de trabalho. Em consequência, trabalho produtivo é aquele que, para o operário, produz somente o valor previamente determinado de sua força

de trabalho, ao passo que, em sua condição de atividade geradora de valor, valoriza o capital; e expõe ao operário os valores criados por essa atividade, na condição de capital. A relação específica entre o trabalho adjetivado e o trabalho vivo transforma o primeiro em capital e o segundo em trabalho produtivo (2013, p. 131-132).

Esta citação é importante pelo fato de esclarecer que não existia uma independência como imaginavam os garimpeiros, que só pelo fato de serem eles quem estipulasse a carga horária não significaria serem independentes, mas sim, “autônomos”. Mesmo assim a um preço que, quando repartiam o dinheiro das despesas com ferramentas, comida, o imposto de 10% de cada caçamba de caulim para o dono da terra, sobrava dinheiro que mal dava suprir as necessidades em casa, como afirma Expedito ao ser perguntado se ele se sentia explorado, ele se referiu assim, *“a gente não concordava não, mas se falasse com eles, eles não arrumavam e agente tinha que trabalhar para os empresários da cidade e 10% era para o dono da terra”*.

Quando Expedito se refere a eles não arrumavam, ele está se referindo a ajuda de custo para comprar ferramentas e equipamentos de proteção que os donos de decantamentos se recusavam a fornecer para os garimpeiros. A partir das palavras escritas acima, é preciso entender que esse projeto não visa de modo algum denegrir a imagem dos empresários, e muito menos construir uma imagem de coitadinho para os banqueteiros de Junco do Seridó – PB. Até porque iria contra as ideias de Marx, já que, para esse teórico as lutas de classes de forma conflituosa, e também como afirma Neto e Braz.

O capitalista não procede a nenhum roubo ou furto ao contratar o trabalhador para uma jornada de oito horas – paga-lhe, mediante o salário, o valor da força de trabalho (isto é, o valor das somas dos valores necessários à produção / reprodução do trabalhador). Entretanto, durante a jornada, a força de trabalho produz mais valor que o valor requerido para tal reprodução; é desse valor excedente (a mais-valia) que o capitalista se apropria sem nenhuma despesa ou custo (NETO e BRAZ, 2012, p. 119).

Seria interessante perceber que a intenção dessa pesquisa monográfica é mostrar para os possíveis leitores, ou pesquisadores que virem examinar esse trabalho, que nossa intenção maior é mostrar através do diálogo com os vários autores e dos próprios mineradores que vivenciaram aquele momento, e o próprio autor desse projeto que também fez parte daquele lugar social, vivenciou vários momentos difíceis, e também como os banqueteiros se sentiu explorado. Sabendo

que não iria conseguir melhorar sua condição social, nem dos companheiros que estavam a sua volta, mas mesmo assim encarava a tarefa por saber que tinha que sobreviver e arrumar o sustento, mesmo que fosse mínimo, porque no mundo capitalista não se vive sem um salário, mesmo que seja mínimo. Também porque o historiador tem que trabalhar com o homem, que é o objeto da história como diz Bloch:

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça (BLOCH, 2011, p. 54).

É por farejar minha caça, que falando segundo as palavras de Bloch é as fontes que falam os garimpeiros de caulim de Junco do Seridó – PB, pois não há um acervo de fontes escrita neste município, só restava a esse pesquisador que vos escreve criar suas próprias fontes, facultando a palavra aos mineradores para que os mesmos pudessem narrar suas angustias e seus medos.

3.2 “AH, EU TINHA MEDO DEMAIS, MAIS NÃO TINHA OUTRO MEIO DE VIDA”

Essa frase faz parte do fragmento da entrevista concedida por João José de Albuquerque em colaboração com esse projeto, e foi escolhida para mostrar o sentimento de quem trabalhava nas banquetas, tinha descer e subi-la todos os dias. Vejamos o que diz José Fabio a esse respeito, “*caia terra nas costas, nós já ficava chorando com medo*”. Quando ele fala terra está se referindo ao caulim que caía do alto da banqueta quando ele começou a trabalhar ainda criança junto com o irmão, também criança. Mas ter medo também é segurança, segundo Delumeau:

[...] Marc Oraison conclui que o homem é por excelência “o ser que tem medo”. No mesmo sentido, Sartre escreve: “Todos os homens têm medo. Todos. Aquele que não tem medo não é normal, isso nada tem a ver com coragem”. A necessidade de segurança é, portanto fundamental: está na base da efetividade e da moral humanas. A insegurança é símbolo de morte, e a segurança é símbolo da vida (DELUMEAU, 2009, p. 23).

Não havia possibilidade de não ter medo diante de um buraco tão profundo quanto à banqueteta, ainda mais o minerador ciente que sua única segurança era seus braços e pernas, ou então uma corda que ficava apenas de suporte, porque caso despencasse o individuo tinha contra ele o peso do corpo em queda livre, e caso ele segurasse na corda, ela iria queimar tão forte que certamente o banqueteiro a soltaria. Veja o que diz João José sobre o medo da banqueteta:

Há eu tinha medo demais, mais não tinha outro meio de vida, o jeito era ir trabalhar. Nunca deixei de trabalhar na banqueteta, a não ser com medo, debaixo do chão, o chão é feito pra defunto. Com medo da banqueteta cair agente ficava doido, subia logo com medo de morrer, mas não tinha para onde ir.

Esta citação é interessante porque José faz logo alusão à morte quando fala que o chão é para defunto. Ele também se refere ao fato de caso ocorresse um acidente era quase fatal para todos que estivesse dentro da banqueteta. Por isso que ele fala sobre quando a banqueteta ameaçava desabar todos subiam rápido com medo de morrer. A imagem de a figura quatro nos dar uma dimensão do sentimento de João José com relação ao medo de trabalhar nas banquetetas.

Fotografia4 - Minerador se preparando para descer para dentro da banqueteta



Fonte:Leonardo Sakamoto.

Esta imagem com clareza o medo que José tinha da banqueteta, um buraco que dependendo da profundidade que o caulim estivesse disponível para ser explorado

poderia chegar a cinquenta metros de profundidade, e como está nos escritos acima, a principal força de apoio para o garimpeiro era suas pernas e braços.

No entanto, Expedito Gonsalves de Oliveira ao se referir ao medo usa o mesmo sentido trabalhado por Delumeau em se tratando de menosprezar o perigo, porque o trabalhador acaba desafiando o desconhecido. Para Gonsalves, *“logo no início a gente sente medo, só que, com o passar do tempo à gente vai se acostumando com o trabalho”*. Segundo Delumeau: quer haja ou não em nosso tempo mais sensibilidade ao medo, este é um componente maior da experiência humana (2009, p. 23).

Ao observar as palavras de Expedito percebe-se que para ele, com o tempo o medo acaba. Segundo Delumeau, o medo está acima da vontade humana, ainda mais para Oliveira, que presenciou vários acidentes no tempo que trabalhou na banqueta:

Aconteceram três acidentes, um com vitima, foi um colega meu de Bom Jesus que morreu perto de mim, a conja caiu, bateu na cabeça dele e ele morreu. Teve outro que não trabalhava comigo, mas foi pertinho de mim, que foi o finado Zumar que morreu também, foi eu e Gero que tiramos ele. Aconteceu três acidentes comigo, mas com morte só foi esse.

Pelo que está escrito nesta citação, trabalhar nas banquetas requeria muito mais que simples coragem, precisava o cidadão está realmente necessitado para encarar uma aventura tão arriscada. E nesse caso, como a única alternativa era encarar o perigo, o medo excessivo só atrapalhava, uma vez que corria o risco de alguém paralisar quando fosse subir ou descer a banqueta, ou no caso mais grave, provocar um acidente, pois como diz Delumeau:

Mais geralmente, quem quer que seja presa do medo corre o risco de desagregar-se. Sua personalidade se fende, “a impressão de conforto dada pela adesão ao mundo” desaparece; “o ser se torna separado, outro estranho. O tempo para, o espaço encolhe (2009, p. 25).

O medo na banqueta faz bem, deixa o trabalhador em alerta, mas em excesso pode deixar o banqueteiro em pânico, deixando sem as habilidades necessárias para exercer uma profissão tão perigosa.

Por outro lado, para quem trabalha na extração do caulim, a prevenção é o melhor remédio contra o medo, como diz José Fabio:

Quem faz o perigo é a gente né, quem trabalha ai não tem o que saber não, a maioria morre porque deixam às barreiras dependuradas né, trinca e o caba não liga, nem tira. A gente não, a turma da gente tira os trincos, faz uns 14 anos que trabalho em banqueta, até agora, graças a Deus nunca aconteceu nenhum acidente não, quando a gente vê o perigo, a gente procura logo tirar, e se não der parar tirar a gente sai.

Segundo as palavras de Fabio, os acidentes aconteciam por descuido dos banqueteiros que só pensavam em produzir e não queria perder tempo pera retirar os trincos. Pequenas aberturas feitas pelo vento no teto da banquetta, pois o caulim não é homogêneo, pelo fato do caulim ser um minério composto de silicatos hidratados de alumínio, a caulinita e a mica. Dessa forma, o caulim não tem suas partículas unificadas, deixando espaço para a penetração do vento. Sendo assim, era preciso fazer revisões periódicas, e caso viesse surgir uma rachadura tinha que ser retirado de imediato.

Os banqueteiros, ao contrario do que se possa imaginar, eram extremam entes experientes no processo de extração do caulim, os seus conhecimentos empíricos superavam o de muitos engenheiros, mas o que dificultava o trabalho desses mineradores era a falta de investimentos por parte dos governantes.

3.3 AS DESIGUALDADES SOCIAIS PARA O TRABALHADOR DO CAULIM

O conceito de desigualdade social é um guarda-chuva que inclui diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade, resultado, etc, até desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero, etc. De modo geral, a desigualdade econômica – a mais conhecida – é chamada imprecisamente de desigualdade social, dada pela distribuição desigual de renda.

Dessa forma, os mineradores do caulim de Junco do Seridó estão envolvidos em quase todos os termos de desigualdades sociais citados acima, pois eles não tinham oportunidade de conseguir um emprego na prefeitura, no comercio por causa muita vezes da pouca escolaridade, que gera necessidade de renda, que gera desigualdade econômica, não deixando alternativa a não serem as banquetas. Um tipo de trabalho que não dava nenhuma possibilidade dos garimpeiros melhorem suas condições sociais, ainda levava o corpo à exaustão.

O que consegue dar agilidade ao trabalho braçal humano além de uma boa ferramenta de trabalho, a não ser uma boa alimentação. Se a maior vitalidade para as máquinas é uma boa manutenção, para o homem são as vitaminas provenientes dos alimentos. Quanto maior for o esforço físico, mais calorias são gastas, e mais vitaminas são necessárias para repô-las.

Só que na extração do caulim no município de Junco do Seridó – PB, o que tinha de trabalho, faltava na alimentação, como diz João José:

O comer era feijão, farinha, quando podia comprar um pedaço de carne comia, quando não, comia rapadura, ovo. De tarde quando tinha fome, comia farinha com sal e depois bebia água para depois vim pra casa. O serviço era pesado, era carrada, carrada e meia todo dia, quatro pessoas para tirar essa produção e quando terminava ia carregar um carro, quando não carregava no dia, carregava no outro. Tinha dia que carregava três carros e não ganhava nada dos carros, tudo de graça. No carretel o cara conseguia cava no máximo duas carradas, se cavasse mais ficava com a língua de fora. Era uma e meia, na maioria das vezes era só uma, dependia da banqueta, se ela fosse rasa podia sair mais de uma, se a banqueta fosse com mais de trinta palmos, era só uma mesmo.

Era nessas condições que os mineradores tinham que trabalhar para conseguir o sustento de suas famílias, e quem ficassem em casa, também ficava em situação parecida, pois além de tirar dinheiro para comprar as ferramentas, o que sobrava era dividido entre, pagar água, luz, gás e o restante, fazer a compra de alimentos que eram repartidas entre os que ia ficar em casa, e os iam ser levados para a banqueta. Será que essas condições de trabalho em pleno final do século XX, e as portas do século XXI, tem semelhança com a época em que Marx escreveu o Capital?

Em meados do século XIX, a família de um operário para ter o que comer tinha que penhorar a roupa do próprio corpo. Claro que a década de 1990 é uma época totalmente diferente, pois as conquistas salariais já tinham evoluído, as condições de trabalho já haviam “melhorado”. Só as condições dos garimpeiros do caulim em Junco do Seridó – PB pareciam terem parado no tempo, pois os remete aos tempos em que trabalhar mal dava para se alimentar com diz Castel:

A consciência dessa clivagem é mantida pela experiência que a classe operária vive nos principais setores da existência social, o consumo, a

habitação, a instrução, o trabalho. O consumo como já foi dito, não se reduz mais à satisfação das necessidades básicas para a sobrevivência e a classe operaria tem acesso a um “consumo de massa”. Porém, a parte destinada à alimentação nos orçamentos operários ainda é de 60% nos anos de 1930 (é superior a 70% em 1856 e a 65% em 1890). Maurice Halbwachs, como Veblen, mostrou as incidências antropológicas da diminuição de uma parte majoritária do orçamento sobre o consumo de alimentos: é a participação na vida social que se acha amputada pela fragilidade das despesas que não têm por finalidade a reprodução biológica. Suas análises são de 1912, mas a situação não mudou substancialmente 25 anos mais tarde: do fim do século XIX até a década de 30, a parte das despesas não alimentares nos orçamentos operários ganhou apenas cinco pontos (CASTEL, 1998, p. 445).

As palavras de Castel servem para ilustrar a situação daqueles que vivem as margens da sociedade da sociedade, pessoas que produziam mercadorias, mas com o salário que recebiam no final do mês só conseguiam no máximo suprir as necessidades básicas, como a alimentação e o vestir.

A desigualdade social na banqueta era tão intensa que João José respondeu dessa forma quando perguntado sobre qual bem material que ele conseguiu em quase 20 anos de trabalho como banqueiro:

Durante quase 20 anos de trabalho, só consegui comprar um par de sofá e uma televisão, o resto do dinheiro só dava mesmo pra comer e comprar alguma roupa para a família. O resto que sobrava a gente não podia gastar não, se caso o caulim acabasse na banqueta onde nós estava, tinha que cava outra, e até encontrar o caulim podia demorar até três meses e nós não recebia nem um centavo por esse tempo. Era muito complicado, além da produção serpoca, a carestia era grande, o dono da bodega num notava nem o preço não, notava mermo era o nome da mercadoria, pois num dia era um preço, no outro dia já era tinha aumentado, agente trabalhava só pra sobreviver. Só a partir de 1994 quando começou o real as coisas melhoraram um pouquinho, já que em 1995 o preço da carrada de caulim era de 25 real dividido pra quatro pessoas, mais mesmo assim as coisas melhorou um pouquinho já que a inflação também baixou.

Essas palavras são o testemunho maior que comprova a exploração do trabalho sofrida por esses garimpeiros, que mesmo tendo consciência do quanto estavam sendo explorados, acabavam aceitando a situação porque não conseguiam enxergar outra oportunidade de trabalho. O trabalho nas banquetas só dava para subsistência, não proporcionava lazer, conforto, possibilidades de viajar, tirar férias com o dinheiro da extração do caulim. Nem os instrumentos de trabalho a que Marx se refere que o capitalista fornece, para em cima de esse montante retirar a mais-valia os banqueiros tinham direito. Dessa forma, podemos afirmar

que no caso dos mineradores do cauim houve uma exploração da exploração do trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do ritmo de consumo que se encontra a sociedade atual é inevitável o uso da matéria-prima, mas é necessário estar atento ao uso a que se destinam esses recursos, e a quem ela vai beneficiar. No caso da exploração do caulim, indagamos? Quais seriam os verdadeiros beneficiários da exploração dessa matéria prima? Seriam os que dedicaram sua vida, comprometendo sua saúde, diminuindo seus dias de vida, os que mais poderiam beneficiar. No entanto foram os que menos tiveram acesso e usufruíram desses benefícios. Nesse caso os mineradores do caulim, não tiveram direito de forma quantitativa, pois apesar da produção no município de Junco do Seridó ter mais que dobrado no período entre 1990-2005, não se converteu em melhorias para a cidade de Junco do Seridó, e muito menos elevou as condições sociais de seus moradores.

O que restou como em quase toda a exploração de minério, foram lamentações e prejuízos, tanto para o meio ambiente, como para aquelas pessoas que por não ter tido outra oportunidade de escolher um trabalho melhor, tiveram de aceitar trabalhar em uma profissão que ao invés de despertar uma expectativa que pudesse melhorar a condição financeira, o que despertou foi o medo e angústia. Medo por saber que a qualquer momento podia acontecer uma fatalidade, e angústia por saber que estava sendo explorado, mas que tinha de aceitar as objeções.

Ao final dessa pesquisa é possível perceber que a extração do caulim deixou mais prejuízos que benefícios para a vida dos mineradores, e que em suas falas fica evidente a exploração do trabalho a que foram submetidos pelos empresários do caulim. Ao contrário que se poderiam imaginar, os garimpeiros do caulim estavam cientes dessa exploração, apenas não enxergavam outras perspectivas para sair dessa situação, pois a principal via de trabalho que a cidade de Junco do Seridó oferecia era através da prefeitura ou do comércio. Fora isso só restava estudar, o que na maioria das vezes era inviável para os fossem casados e estavam submetidos a um trabalho tão exaustivo.

Apesar de estarmos vivendo já no século XXI, essa pesquisa vem comprovar as ideias de Karl Marx quando no século XIX chamava a atenção para a exploração social do trabalho, destacando a desigualdade econômica e social existente entre aqueles que tinham para oferecer apenas a sua força de trabalho e os que tinham

acesso ao capital, beneficiando-se através da exploração do trabalhador. Nesse sentido os mineradores do caulim reproduzem esta situação apenas estamos vivendo em uma época diferente e uma região diferenciada, o Nordeste brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889 – 1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ALMEIDA, Iaponan Cardins de Sousa, et al. **A Problemática Ambiental da Extração de Caulim no Alto do Chorão em Junco do Seridó/PB**. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1605>>. Acesso em 29/11/2014.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- BOSI, Eclêa. **Memórias e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **História e Teoria Social**. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Mojer. São Paulo: UNESP, 2002.
- BLOCH MARC, Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Polleti. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CUNHA, Inairan Cristino. **Trabalhadores de sonho e de pó: garimpendo histórias, extraindo subjetividades nas banquetas de caulim em Junco do Seridó**. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado à UFCG. Campina Grande: UFCG, 2012.
- DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. Tradução de Maria Lucia Machado e Helóisa Janh. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Mundo do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Tradução de Waldea Barcellos de Sousa Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1 1968.
- _____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MEIHY, José Carlos Sabe Bom, HOLANDA, Fabiola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- NETO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- NÓBREGA, Aderivaldo Silva da; MENEZES, Maria Aparecida de. **“É do Caulim pro Roçado”**: o trabalho agrícola e a extração mineral no seridó paraibano; Disponível

em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/16606>>. Acesso em: 20/08/2014.

_____. **Homens Subterrâneos**: o trabalho informal e precário nos garimpos de Junco do Seridó. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado. Campina Grande: UFCG, 2012. 168 f.:il.color.

PASSOS, Messias Modesto dos. **Mundo do Garimpo**. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Procesosambientales/Geomorfologia/02.pdf>>. Acesso em 20/07/2014.

PRODER (Programa de desenvolvimento de emprego e renda). **Diagnóstico Socioeconômico de Junco do Seridó – PB**. João Pessoa: SEBRAE-PB, 1997.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Escola dos Annales**: A inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O desafio Historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RICARDO, Antunes (Org.). **A DIALÉTICA DO TRABALHO**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RODRIGUES J. L (Org.). **Atlas Escolar da Paraíba – João Pessoa**: Editora Grafest 3° ed. 2002.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades do Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

APÊNDICE A- FONTES ORAIS

ALBUQUERQUE, João José de. Entrevista concedida ao autor. Junco do Seridó, 01. Novembro, 2014.

OLIVEIRA, Expedito Gonsalves de. Entrevista concedida ao autor. Junco do Seridó, 02. Novembro, 2014.

MELO, José Fabio de. Entrevista concedida ao autor. Junco do Seridó, 02. Outubro, 2014.

APÊNDICE B -MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GARIMPEIROS

QUESTÕES

- 1) Qual o tipo de profissão que o senhor exercia antes de começar a trabalhar no caulim?
- 2) Porque o senhor escolheu trabalhar na banqueteta?
- 3) A família tinha tradição na exploração do caulim?
- 4) Quantas horas o senhor trabalhava por dia nas minas de caulim?
- 5) Para quem era vendida a produção do caulim?
- 6) Quantos decantamentos havia no Junco do Seridó na época em que o senhor trabalhava?
- 7) Como era o trabalho na banqueteta?
- 8) Os empresários forneciam materiais de trabalho?
- 9) O senhor se sentia abandonado, explorado por parte dos empresários?
- 10) É verdade que os empresários da CAULISA diziam que o caulim era de má qualidade para não pagar e não devolver?
- 11) Como era o trabalho nas banquetetas no início dos anos de 1990?
- 12) O senhor sentia medo de trabalhar na banqueteta?
- 13) O senhor achava justo o que os empresários pagavam pelo caulim que vocês produziam?
- 14) Com relação à saúde, o trabalho na banqueteta é prejudicial?
- 15) Como era a alimentação nas banquetetas?
- 16) O que o senhor conseguiu trabalhando na banqueteta?